

Maurício Dalri Timm do Valle

Rosaldo Trevisan

Organizadores

Temas Relevantes do Contencioso Administrativo Federal – CARF

Volume III

Autores

Ana Laura Javaroni Patton	Pedro Rinaldi de Oliveira Lima
Arnaldo Diefenthaeler Dornelles	Ricardo Xavier Basaldúa
Daniela Floriano	Rodrigo da Costa Pôssas
Fernanda Vieira Kotzias	Rodrigo Mineiro Fernandes
Jorge Lima Abud	Rosaldo Trevisan
Laércio Cruz Uliana Junior	Salvador Cândido Brandão Junior
Lázaro Antonio Souza Soares	Semíramis de Oliveira Duro
Leonardo Ogassawara A. Branco	Thais De Laurentiis Galkowicz
Liziane Angelotti Meira	Valcir Gassen
Maysa de Sá Pittondo Deligne	Vinícius Guimarães
Oswaldo Gonçalves de Castro Neto	Walker Araújo

NSM Editora

2025

Sumário

Sobre os Autores	5
Prólogo (Andrés Rohde Ponce)	17
Apresentação (Rosaldo Trevisan)	21

Parte I – Direito Aduaneiro

La Importancia de los Tribunales Administrativos en Temas Aduaneros: Experiencias de Argentina y Brasil	27
Ricardo Xavier Basaldúa / Rosaldo Trevisan	
1. Introducción: la importancia de la jurisdicción especializada en materia aduanera	27
1.1. Justificación de una jurisdicción especializada.....	28
1.2. Justificación de tribunales especializados en materia aduanera	29
1.3. La conformación de una jurisprudencia que merezca calificarse de “aduanera”	30
1.4. La necesaria independencia de los órganos jurisdiccionales	32
2. Tribunales Fiscales Administrativos y las mejores prácticas internacionales en materia aduanera y tributaria	32
3. La evolución del contencioso administrativo aduanero y tributario en Brasil	34
4. El Consejo Administrativo de Recursos Fiscales (Carf)	38
5. Sistema Administrativo Aduanero de Argentina	42
5.1. La Dirección General de Aduanas	42
5.2. Las aduanas	42
5.3. Las funciones jurisdiccionales encomendadas al servicio aduanero ..	43
6. Sistema jurisdiccional aduanero de Argentina.....	44
6.1. El Tribunal Fiscal de la Nación de la República Argentina (TFN) ...	46
6.2. La apelación de las resoluciones aduaneras ante la justicia federal. Los jueces federales y la Cámara Nacional de Apelaciones en lo Contencioso Administrativo Federal.....	53
6.3. La apelación de las sentencias del Tribunal Fiscal de la Nación ante la Cámara Nacional de Apelaciones en lo Contencioso Administrativo Federal	54
6.4. La competencia en materia de delitos aduaneros del fuero en lo penal económico y tributario	55

7. Consideraciones finales: desafíos del contencioso administrativo aduanero y tributario para el Carf y el TFN.....	56
Referências.....	61

Distinções entre a Legislação Tributária e Aduaneira, e seu Impacto nas Decisões do Carf..... 65

Rodrigo da Costa Pôssas / Rosaldo Trevisan

1. O contencioso tributário e aduanero – evolução dos fundamentos legais	65
1.1. As “codificações”.....	65
1.2. O processo administrativo “fiscal” (ou “tributário”).....	69
1.3. O contencioso administrativo após o advento da Constituição de 1988	72
2. O contencioso tributário e aduanero no Carf – disposições regimentais e súmulas	75
2.1. Carf – competência, missão institucional e tratamento de temas aduaneros	75
2.2. As Súmulas Carf e os temas aduaneros.....	77
3. Desafios na distinção entre temas tributários e aduaneros, no Carf.....	83
Referências.....	87

A Implementação da Convenção de Quioto Revisada no Brasil: o Direito de Acesso ao Duplo Grau Recursal nos Casos de Perdimento 91

Fernanda Vieira Kotzias

1. Introdução	91
2. Aspectos relevantes sobre o perdimento de bens no Brasil	92
3. Previsões legais sobre recurso administrativo contidas no AFC e na CQR	94
4. Alternativas para o duplo grau administrativo em matéria de perdimento	100
4.1. Análise dos casos de perdimento pelo Carf.....	101
4.2. Julgamento em segundo grau pela DRJ.....	102
4.3. Proposição de um novo modelo para perdimento.....	105
5. A Lei n. 14.651/2023 e suas disposições regulamentares	107
6. Considerações finais	110
Referências.....	112

Valoração Aduaneira na Importação 113

Daniela Floriano / Liziane Angelotti Meira

1. Introdução: a origem das regras sobre valoração	113
2. Relevância e alcance do tema.....	116
2.1. Valoração aduanera no Gatt/1947	119
2.2. Valoração aduanera no AVA	121

2.2.1. Estrutura do AVA e os instrumentos para a sua aplicação	123
2.2.2. Síntese dos métodos de valoração	124
3. O posicionamento do Carf	128
4. Conclusão	129
Referências	130

Regimes Aduaneiros Especiais de Industrialização Voltados à Exportação: entre o Formalismo e a Finalidade da Norma Indutora..... 133

Rodrigo Mineiro Fernandes

1. Introdução	133
2. Os regimes aduaneiros especiais como instrumento de indução econômica.....	134
2.1. Os regimes aduaneiros especiais de industrialização voltados à exportação como instrumento de política industrial	136
3. O regime aduaneiro especial de <i>drawback</i> , modalidade suspensão, e seus objetivos legais	139
3.1. A natureza jurídica do regime aduaneiro especial de <i>drawback</i> , modalidade suspensão.....	140
3.2. Os objetivos legais do regime aduaneiro especial de <i>drawback</i> , modalidade suspensão.....	144
4. O controle aduaneiro e o regime aduaneiro especial de <i>drawback</i> , modalidade suspensão: entre o formalismo e a finalidade da norma indutora.....	147
4.1. As formalidades exigidas no regime aduaneiro especial de <i>drawback</i> , modalidade suspensão.....	148
4.2. As formalidades exigidas no regime aduaneiro especial de <i>drawback</i> , modalidade suspensão e a jurisprudência do Carf.....	150
5. Considerações finais	153
Referências	155

As Modalidades de Importação e a Pena de Perdimento pela Ocultação do Sujeito Passivo: Diferenças Relevantes nas Importações por Conta e Ordem e por Encomenda..... 157

Arnaldo Diefenthaler Dornelles

1. Introdução	157
2. Panorama das importações brasileiras até o ano de 2001	158
2.1. Importação por conta própria.....	158
2.2. Motivação das pessoas importadoras	161
2.3. Perfis das interpostas pessoas	164
2.4. Problemas identificados	165
2.5. Solução pretendida	169
3. Modalidades de importação – solução alcançada	171

3.1. Medida Provisória n. 2.158-35/2001 – importação por conta e ordem.....	171
3.2. Lei n. 10.637/2002 – importação por conta e ordem	172
3.2.1. Presunção de importação por conta e ordem de terceiro	173
3.2.2. Perdimento por ocultação.....	176
3.2.2.1. Elementos nucleares do tipo infracional.....	177
3.2.2.2. Substituição do perdimento por multa.....	181
3.2.3. Inaptidão decorrente de operações de comércio exterior.....	182
3.3. Normas infralegais – Projeto de Combate à Interposição Fraudulenta	182
3.4. Lei n. 11.281/2006 – importação por encomenda.....	185
4. Perdimento pela ocultação do sujeito passivo na importação por encomenda – diferenças em relação à importação por conta e ordem	190
5. Conclusão.....	192
Referências.....	193

Revisão Aduaneira na Importação: Conceito e Limites 195

Laércio Cruz Uliana Junior / Oswaldo Gonçalves de Castro Neto

1. Introdução	195
2. Da declaração de importação.....	195
3. Do despacho aduaneiro	199
4. Da revisão (aduaneira)	207
5. A revisão no caso concreto.....	215
Referências.....	218

Decadência e Prescrição das Sanções Aduaneiras 221

Jorge Lima Abud

1. A natureza jurídica do transcurso do tempo.....	221
1.1. Fato jurídico <i>lato sensu</i>	221
1.2. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> ou fatos jurídicos naturais	221
1.3. Fatos jurídicos naturais ordinários.....	221
1.4. Fatos jurídicos naturais extraordinários	222
1.5. Ato-fato jurídico	222
1.6. Ato jurídico <i>lato sensu</i>	222
1.7. Ato jurídico ilícitos	222
1.8. Tabela (síntese)	222
2. O direito subjetivo	223
2.1. As duas espécies de direito subjetivo segundo Chiovenda.....	224
2.1.1. Direitos subjetivos propriamente ditos	224
2.1.2. Direitos potestativos	226
2.2. Extinção do direito pelo transcurso do tempo	228
3. Os conceitos de decadência e prescrição: similaridades e distinção.....	230

3.1. Conceito de decadência	230
3.2. Conceito de prescrição	231
4. Prescrição no Direito Comparado	232
4.1. Ausência de definição da prescrição	233
4.2. Prescrição como forma aquisitiva ou extintiva de direitos	233
4.3. Prescrição como forma extintiva de direitos	234
4.4. Prescrição como forma extintiva da pretensão	234
5. Desconstruindo um mito	235
6. Sanção administrativa e poder de polícia	239
6.1. Sanção e direito	240
6.2. Poder de polícia	241
6.3. Sanção administrativa e poder de polícia	242
7. Prazos decadencial e prescricional na Legislação Aduaneira	243
Conclusão	246
Referências	247

Parte II – Normas Gerais e IPI

A Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada e o Processo Administrativo Fiscal: Algumas Considerações.....	251
Vinícius Guimarães	
1. Introdução	251
2. Um breve olhar sobre a doutrina dos frutos da árvore envenenada.....	252
2.1. Um poema, uma figura e alguns precedentes clássicos.....	252
2.2. Os casos clássicos da jurisprudência norte-americana	253
2.3. A jurisprudência do STF e a concepção de fonte independente assimilada no Brasil	260
3. Decisões recentes do Carf no âmbito da Operação Dilúvio.....	262
3.1. Contornos gerais	262
3.2. Acórdão n. 9303-008.694: uma relevante mudança de paradigma ..	265
3.3. Acórdão n. 2401-007.139: inevitável descoberta <i>versus</i> mera possibilidade	268
4. Críticas à aplicação das teorias de exceção pelo Carf	269
Referências	277

Operações entre Empresas Interligadas à Luz da Jurisprudência do Carf: Tributação pelo IPI, PIS e Cofins.....	279
Semíramis de Oliveira Duro / Valcir Gassen	
1. Introdução	279
2. IPI e operações entre empresas interligadas	280
3. Valor tributável mínimo e conceito de “praça do remetente” e de “mercado atacadista”	282

4. O conceito de praça da Lei n. 14.395/2022	288
5. Segregação de atividades no regime monofásico de PIS e Cofins	290
6. Apontamentos sobre a prova na segregação de atividades entre empresas interligadas.....	298
7. Considerações finais	302
Referências.....	303

Diálogos entre STJ e Carf a Respeito do Crédito Básico de IPI: o Caso das Peças e Partes de Máquinas com Desgaste Direto em Ação sobre o Produto Industrializado..... 305

Ana Laura Javaroni Patton / Thais De Laurentiis Galkowicz

1. Introdução	305
2. Não cumulatividade e crédito básico do IPI.....	306
2.1. Na Constituição, na legislação complementar e na legislação ordinária.....	306
2.2. Nos atos normativos da Receita Federal	312
3. Os novos parâmetros trazidos pelo REsp 1.075.508	314
4. Tentativa de incorporação desses novos parâmetros pelo Carf.....	314
5. Conclusão.....	318
Referências.....	319

A Controvérsia do Aproveitamento de Crédito Presumido de IPI das Leis n. 9.363/1996 e n. 10.276/2001 diante do REsp 993.164/MG 321

Pedro Rinaldi de Oliveira Lima / Walker Araújo

1. Problemática geral do tema.....	321
2. Razões pela compatibilidade na aplicação do entendimento firmado no REsp 993.164-MG.....	323
3. Razões pela incompatibilidade.....	331
4. Conclusões	335
Referências.....	336

Imposto sobre Operações de Crédito e Câmbio: Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Conta Corrente (Sweep Account) e Treasury Bills..... 337

Leonardo Ogassawara de Araújo Branco

1. Introdução	337
2. IO/Crédito e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac)	337
3. IO/Crédito e conta corrente (<i>sweep account</i>) em regime de caixa único (<i>cash-pooling</i>).....	346
4. IO/Crédito e analogia: o caso do planejamento tributário com títulos do tesouro americano (<i>T-Bills</i>).....	352
5. Conclusão.....	361
Referências.....	361

Parte III – Contribuições

PIS/Cofins Insumos: Perspectiva da Discussão após o Julgamento do REsp 1.221.170/PR	365
Maysa de Sá Pittondo Deligne	
1. Considerações iniciais	365
2. A não cumulatividade do PIS e da Cofins	366
3. O conceito de insumo e o julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.221.170/PR	370
4. A nova perspectiva da discussão sobre o conceito de insumo no Carf	375
5. Conclusão	381
Referências	381
 Repetro e a Incidência de PIS/Cofins: a Tese da Bipartição Artificial dos Contratos de Afretamento	383
Lázaro Antônio Souza Soares	
1. Dos objetivos	383
2. Do Repetro e sua evolução legislativa	383
3. Das ações de fiscalização e seus respectivos julgamentos administrativos	386
4. Conclusão	404
Referências	405
 Cide-Tecnologia e a Jurisprudência do Carf: Análise da Necessidade de Transferência de Tecnologia	407
Salvador Cândido Brandão Junior	
1. Introdução	407
2. Intervenção do Estado na economia	408
2.1. Intervenção por indução e as contribuições de intervenção no domínio econômico	410
3. Transferência de tecnologia	415
4. Entendimento do Carf sobre a incidência da Cide-Tecnologia	422
5. Conclusões	425
Referências	426